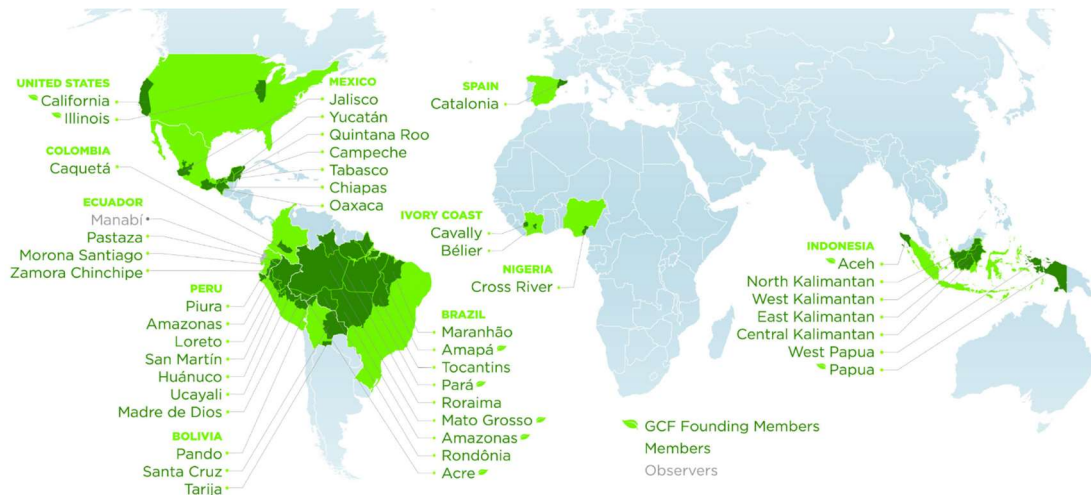


Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e as Florestas - GCF **(Governors' Climate & Forests Task Force)**

I. Introdução

Com o secretariado sediado nos EUA, a **Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e as Florestas (GCF, na sigla em inglês)** reúne 43 governadores de estados e províncias “cobrindo mais de um terço das florestas tropicais do mundo”¹, em 11 países.



Observação importante: em 17 de março de 2022, a “United States Agency for International Development” (USAID) assinou Memorando de Entendimento com a Força-Tarefa GCF, formalizando a parceria com a iniciativa².

“Combater as mudanças climáticas é um aspecto central de nosso relacionamento profundo e de longa data com o Brasil. Este MOU nos ajudará a encontrar novas formas de trabalhar em conjunto para apoiar os esforços brasileiros para proteger seus recursos naturais e seu tesouro nacional.

Nossas décadas de cooperação sobre o clima nos tornam parceiros ideais para continuar o trabalho por meio desse novo acordo, e somos gratos ao GCF por sua abordagem proativa para lidar com este desafio,” afirmou o encarregado de Negócios da Embaixada e Consulados dos EUA, Douglas Koneff.

Histórico

Segundo a página da iniciativa na internet³:

“A Força-Tarefa GCF foi criada para responder aos problemas fundamentais do desmatamento tropical e das mudanças climáticas – e as complexidades correspondentes de ruptura ecológica, perda de biodiversidade, insegurança alimentar, energética e hídrica e pobreza rural.”

¹ <https://www.gcftf.org/who-we-are/member-states/>

² <https://br.usembassy.gov/pt/usa-id-e-forca-tarefa-dos-governadores-para-o-clima-e-florestas-assinam-memorando-de-entendimento/>

³ <https://www.gcftf.org/who-we-are/history/>

*“Em 2008, o governador Arnold Schwarzenegger, da Califórnia, convocou nove outros governadores do Brasil, da Indonésia e dos Estados Unidos para tratar de um problema comum: a mudança climática global. (...) Eles reconheceram que conter o desmatamento tropical era um elemento crítico de seus esforços mais amplos para lidar com a mudança climática (...). **Em 2008, esta pequena coalizão assinou um histórico Memorando de Entendimento sobre clima e cooperação florestal – e assim nasceu a Força-Tarefa GCF.**”* (grifei)

Observação importante: Coalizão é nomenclatura típica adotada pelos EUA quando da criação de iniciativa sem mandato e base jurídica válidos. Trata-se de grupos de pessoas com poder decisório e político em suas jurisdições nacionais que se reúnem periódica e sistematicamente, embora, para a consecução de seus objetivos, necessitem manter o grupo na informalidade. Discutem-se estratégias ilegais a portas fechadas – literalmente – assumem-se compromissos secretos firmados entre pessoas, não instituições, implementa-se paulatinamente, em âmbito nacional, o que é decidido no seio da “coalizão” até que sucessivas “inovações legais” em âmbito nacional permitam a normalização do que antes era considerado flagrantemente ilegal.

No caso específico da Força-Tarefa GCF, a iniciativa se dá por meio de coalizão (dentre outras nomenclaturas informais) em razão do disposto nos **arts. 21, incs. I e III, e 84, inc. VIII, da Constituição Federal (CF/88):**

“Art. 21. Compete à União:

I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

(...)

III - assegurar a defesa nacional;

(...)

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.”

A Força-Tarefa GCF é liderada por 43 Governadores e 86 delegados, com o apoio de um Secretariado global baseado na Universidade da Califórnia, Los Angeles, em parceria com a Universidade do Colorado Boulder, e apoio de Diretores Nacionais no Brasil, Equador, Indonésia, México e Peru⁴.

“Desde nossa primeira reunião oficial em 2009, mais do que triplicamos nosso número de membros, passando de 10 estados e províncias em três países para 43 membros em onze países ao redor do mundo (Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa do Marfim, Equador, Indonésia, México, Nigéria, Peru, Espanha e Estados Unidos). Hoje, a Força-Tarefa do GCF inclui toda a Amazônia brasileira, 85% da Amazônia peruana, 65% das florestas tropicais do México e 60% das florestas da Indonésia.”⁵

⁴ <https://www.gcftf.org/who-we-are/our-structure/>

⁵ <https://www.gcftf.org/who-we-are/history/>



A iniciativa afirma basear-se nos quatro pilares do **Plano de Ação de Manaus para uma Nova Economia Florestal**⁶ (**Governança e Políticas Públicas; Pessoas e Comunidades; Conhecimento, Tecnologia e Inovação; e Finanças, Investimento e Setor Privado**). A seguir, os patrocinadores da última reunião da Força-Tarefa GCF, ocorrida em fevereiro de 2023, no México⁷:



Justificativa para a existência da Força-Tarefa GCF⁸

A justificativa para a iniciativa é falaciosa e flagrantemente contraditória com suas próprias práticas. Afirma que a fragmentação política e legal em vários níveis de governança (leia-se “governos nacionais soberanos”) prejudica esforços na “defesa” estrangeira do meio ambiente, motivo pelo qual ela mesma, a Força-Tarefa do GCF, fragmenta os sistemas políticos e jurídicos dos países-alvo, ao atuar diretamente em parceria com o nível estadual/provincial, de modo a enfraquecer ou até mesmo inviabilizar o controle e o comando centrais da União sobre seu território e marco legislativo aplicável.

⁶ <https://www.gcftf.org/wp-content/uploads/2022/04/POR-Manaus-Action-Plan-for-a-New-Forest-Economy.pdf>

⁷ <https://www.gcftf.org/thanks-to-our-annual-meeting-sponsors/>

⁸ <https://www.gcftf.org/what-we-do/theory-of-change/>

A Teoria da Mudança da Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF) parte da premissa de que os principais desafios enfrentados pelos esforços para proteger as florestas e reduzir as emissões de gases de efeito estufa em escala são a fragmentação política e legal em vários níveis de governança, incentivos limitados e apoio para líderes políticos e servidores públicos se concentrem no uso sustentável da floresta e da terra, e falta de capacidade institucional. A pandemia de COVID-19 agravou e ampliou ainda mais esses desafios nos últimos anos.

“Nossa abordagem”, segundo a Força-Tarefa GCF⁹

Segundo a página da iniciativa:

*“Acreditamos que os governos subnacionais são fundamentais no combate às mudanças climáticas. Acreditamos que as **abordagens jurisdicionais** ajudam a dimensionar o impacto das principais políticas e práticas climáticas. Acreditamos que os governos são mais fortes juntos. E acreditamos que os governos funcionam melhor quando se envolvem com parceiros e partes interessadas, incluindo instituições internacionais, organizações da sociedade civil, o setor privado e as pessoas que os governos representam, incluindo povos indígenas e comunidades locais.”* (grifei)

*“Promovemos **abordagens jurisdicionais** para o desenvolvimento de baixas emissões, incluindo Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+). Promovemos a **inovação e a coerência das políticas entre as agências estaduais e provinciais** com os objetivos de conter o desmatamento e promover caminhos de desenvolvimento sustentável. (...) Juntos, com importantes parcerias da sociedade civil e do setor privado, os líderes governamentais subnacionais estão bem posicionados para causar um impacto escalável em nossos problemas climáticos mais prementes.”*

“Abordagens jurisdicionais”?¹⁰ Uma forma elegante de mencionar a deliberada violação à hierarquia interna da República Federativa do Brasil, por agentes estrangeiros que tratam diretamente nas esferas estaduais e municipais de temas que impactam a soberania, o patrimônio e a defesa nacionais (áreas de floresta, de conservação, e terras indígenas têm óbvia relevância estratégica em temas de defesa nacional), de modo a fazer *tabula rasa* dos necessários controle e do comando centrais da União.

Tal estratégia denomina-se “paradiplomacia”¹¹ – estados e municípios negociando diretamente com organizações estrangeiras -, e é responsável por enfraquecer o **pacto federativo brasileiro**, notadamente quando empregada na negociação de temas que impactam a soberania, o patrimônio e a defesa nacionais, dado o disposto nos **arts. 21, incs. I e III, e 84, inc. VIII, da Constituição Federal (CF/88)**:

“Art. 21. Compete à União:

⁹ <https://www.gcftf.org/who-we-are/history/>

¹⁰ https://gcftf.org/wp-content/uploads/2020/12/JurisdictionalStrategiesConceptNote_PT.pdf

¹¹ Sobre o assunto: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/81385/000904668.pdf?sequence=1>

I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

(...)

III - assegurar a defesa nacional;

(...)

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.”

Sobre o conceito de “paradiplomacia” e a violação do disposto no art. 21, inc. I, da CF/88¹²:

Entende-se que paradiplomacia se dá mediante do estabelecimento de contratos e convênios com entidades públicas ou privadas estrangeiras, permitindo o fortalecimento das políticas públicas locais (NUNES, 2005, p. 52). A autonomia política dada aos entes subnacionais pelo Pacto Federativo é alvo de interpretações acerca de sua constitucionalidade, uma vez previsto na Constituição Federal acerca da competência da União para manter relações com os Estados estrangeiros no artigo 21, inciso I. Ainda assim, a paradiplomacia já foi institucionalizada em muitos entes subnacionais através de secretarias, assessorias de relações internacionais, entre outros, responsáveis pela criação de uma agenda de ação internacional paralela à diplomacia nacional.

“Inovação e coerência das políticas estaduais”? Modificação do arcabouço legislativo estadual com objetivo de implementar, no Brasil, políticas ambientais concebidas no exterior e que não alcançam aprovação no sistema ONU ou em qualquer outro mecanismo multilateral de Direito Internacional Público dedicado a temas ambientais.

II. Unidades da federação brasileira engajadas na Força-Tarefa GCF

Nove estados brasileiros fazem parte da Força-Tarefa: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

A seguir, os 43 estados e províncias associados à Força-Tarefa, em 11 países¹³:

¹² <https://relacoesexteriores.com.br/federalismo-constituicao-brasileira/>

¹³ <https://www.gcftf.org/who-we-are/member-states/>

Explore nossos estados e províncias



Pando, Bolívia



Santa Cruz, Bolívia



Tarija, Bolívia



Acre, Brasil



Amapá, Brasil



Amazonas, Brasil



Mato Grosso, Brasil



Maranhão, Brasil



Pará, Brasil



Rondônia, Brasil



Roraima, Brasil



Tocantins, Brasil



Caquetá, Colômbia



Béliz, Costa do Marfim



Cavally, Costa do Marfim



Pastaza, Equador



Morona Santiago, Equador



Zamora Chinchipe, Equador



Aceh, Indonésia



Kalimantan Central, Indonésia



Kalimantan Oriental, Indonésia



North Kalimantan, Indonésia



Papua, Indonésia



West Kalimantan, Indonésia



Papua Ocidental, Indonésia



Campeche, México



Chiapas, México



Jalisco, México



Oaxaca, México



Quintana Roo, México



Tabasco, México



Yucatán, México



Estado de Cross River, Nigéria



Amazonas, Peru



Huánuco, Peru



Loreto, Peru



Madre de Dios, Peru



Piura, Peru



San Martín, Peru



Ucayali, Peru



Catalunha, Espanha



Califórnia, Estados Unidos



Illinois, Estados Unidos

Delegados brasileiros na Força-Tarefa GCF¹⁴ (governadores e secretários de meio ambiente de cada um dos 9 estados da federação engajados na iniciativa):

Acre Governador Gladson de Lima Cameli Delegados Julie Messias e Silva Secretária de Meio Ambiente e Políticas Indígenas semapi.gabinete@gmail.com Leonardo das Neves Carvalho Presidente do Instituto para as Alterações Climáticas leomirtil@gmail.com João Raphael Gomes da Silva Oliveira Assessor do Secretário de Meio Ambiente e Políticas Indígenas joao.raphael@ac.gov.br	Amapá Governador Clécio Luís Delegados Taisa Mara Morais Mendonça Secretária de Meio Ambiente sema@sema.ap.gov.br Mariane Nardi Coordenação de Serviços de Clima e Meio Ambiente marianenardi@gmail.com	amazonas Governador Wilson Miranda Lima Delegados Eduardo Taveira Secretário de Meio Ambiente eduardo.taveira@sema.am.gov.br Fabrícia Arruda Moreira Secretária Executiva Adjunta de Gestão Ambiental fabricia@sema.am.gov.br
Maranhão Governador Carlos Orleans Brandão Júnior Delegados Pedro Chagas Secretário de Meio Ambiente e Recursos Naturais gabinete@sema.ma.gov.br Jane Cavalcante Superintendente de Recursos Florestais jane.rodrigues@sema.ma.gov.br	Mato Grosso Governador Mauro Mendes Ferreira Delegados Mauren Lazzaretti Secretária de Meio Ambiente maurenlazzaretti@sema.mt.gov.br Alex Sandro Marega Secretário Executivo da Secretaria de Meio Ambiente alexmarega@sema.mt.gov.br Maurício Phillip Coordenador de Mudanças Climáticas mmphilipp@sema.mt.gov.br	Pára Governador Helder Barbalho Delegados José Mauro de Lima O'Almeida Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade gabinete@semas.pa.gov.br Raul Protázio Romão Secretário Adjunto de Recursos Hídricos e Gestão do Clima raulprotazio2@gmail.com
Rondônia Governador Marcos Rocha Delegados M arco Antônio Ribeiro de Menezes Lagos Secretário de Desenvolvimento Ambiental gabinete@sedam.ro.gov.br Letícia Pereira de Andrade Assessora de Governança Climática e Serviços Ambientais leticiaandrade@sedam.ro.gov.br	Roraima Governador Antônio Denarium Delegados Glicério Marcos Fernandes Pereira Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos gabinete.femarh@gmail.com Flávia Alves Analista Ambiental	Tocantins Governador Wanderley Barbosa Delegados Marcelo Lelis Secretário de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Clima gabinete@semades.to.gov.br Marli Teresinha dos Santos Diretora de Instrumentos de Gestão Ambiental marli.santos@semades.to.gov.br

¹⁴ <https://www.gcftf.org/where-we-work/brazil/>

III. A Força-Tarefa GCF

Folheto informativo sobre a Força-Tarefa GCF no Brasil¹⁵:



COM O SUPORTE DE

NOSSA MISSÃO

é **capacitar** uma coalizão de estados e seus parceiros para implementar programas inovadores em toda a jurisdição, buscando o **desenvolvimento sustentável de baixas emissões**, construído com base na melhoria da **governança florestal**, novos **mecanismos técnicos e financeiros**, melhores oportunidades para os **povos indígenas e comunidades tradicionais**, além da **liderança contínua** nos fóruns regionais e internacionais de política climática.

CONTACTO

+1 303 492 3615
secretariat@gcftaskforce.org
www.gcftaskforce.org

OS ESTADOS MEMBROS DA FORÇA-TAREFA DO GCF INCLUEM

100% da Amazônia Brasileira	60% das Florestas da Indonésia
85% da Amazônia Peruana	65% das Florestas Tropicais do México

Abaixo, argumentos “científicos”, na prática, não verificáveis e baseados em conceitos dogmáticos alicerçados no sistema ONU:

POR QUE FLORESTAS?

- » As florestas do mundo armazenam mais carbono do que atualmente está contido na atmosfera.
- » O desmatamento e a degradação florestal contribuem com até 13% do total das emissões globais.

As florestas e o uso da terra são uma parte central da solução climática.

A conservação das florestas e o melhor gerenciamento da terra podem contribuir em até 30% da solução climática até 2030.

Estrutura da Força-Tarefa GCF¹⁶

Política de governança: <https://www.gcftf.org/wp-content/uploads/2022/10/PT-Updated-GCF-Governance-Policy-2023.pdf>

Comitê Executivo

Segundo informações da página da Força-Tarefa na internet, o Comitê Executivo é comitê consultivo em estreita colaboração com a Coordenação Regional e Secretariado, em iniciativas estratégicas, parcerias, captação de recursos e governança da Força-Tarefa GCF. **Os membros do Comitê Executivo incluem dois delegados de cada uma das principais regiões da Força-Tarefa GCF (Brasil, Peru, México e Indonésia), dois delegados da Califórnia e um delegado representando membros gerais da Força-Tarefa GCF.**



BRASIL

Marli Teresinha dos Santos

Diretor de Instrumentos de Gestão Ambiental, Tocantins
marli.santos@semades.to.gov.br



BRASIL

Eduardo Taveira

Secretaria de Meio Ambiente, Amazonas
eduardo.taveira@sema.am.gov.br

¹⁵ https://gcftf.org/wp-content/uploads/2020/12/2019-GCF-Task-Force-One-Page_PT.pdf

¹⁶ <https://www.gcftf.org/who-we-are/our-structure/>

Os membros do Comitê Executivo são delegados oficiais da Força-Tarefa GCF nomeados para um mandato de dois anos pelo voto dos membros em cada respectiva região. O Comitê Executivo nomeia um presidente rotativo da região que serve como presidente da Reunião Anual da Força-Tarefa GCF.

Coordenação Regional

Os Diretores Nacionais apoiam a coordenação regional para agrupamentos de estados membros e províncias no Brasil, Equador, Indonésia, México e Peru. **Os Diretores Nacionais estão em ONGs locais** e trabalham diretamente com nossos membros para identificar necessidades, desenvolver planos estratégicos de longo prazo e implementar planos de trabalho anuais.



Carlos Aragon, diretor nacional, Brasil, carlos.aragon@gcftaskforce.org

“(...) mais de 25 anos de experiência de trabalho na Amazônia brasileira e 12 anos na Amazônia Regional para o GCF. Ele trabalhou para o estado amazônico do Acre, governo nacional, organizações intergovernamentais internacionais, setor privado e organizações não governamentais. Seu conhecimento das oportunidades e desafios associados a cada um desses setores o torna um membro valioso da equipe GCF. Mais recentemente, Aragon atuou como Gerente do Programa de Soluções Inovadoras da Fundação Amazonas Sustentável e como Coordenador de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Nessas posições, ele liderou e participou do desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação, e captação de recursos para programas e projetos participativos relevantes para a conservação da floresta amazônica. Esses programas incluíram: o Projeto de Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional; o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Reservas Extrativistas; e o Projeto de Populações Indígenas em Áreas de Fronteira. No nível internacional, Carlos contribuiu para a construção de consenso sobre florestas, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável no âmbito do sistema da ONU. É engenheiro civil e especialista em finanças e desenvolvimento, com MBA em Administração Financeira e mestrado. em Economia Ambiental. e o Projeto de Populações Indígenas em Áreas de Fronteira. No nível internacional, Carlos contribuiu para a construção de consenso sobre florestas, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável no âmbito do sistema da ONU. É engenheiro civil e especialista em finanças e desenvolvimento, com MBA em Administração Financeira e mestrado. em Economia Ambiental. e o Projeto de Populações Indígenas em Áreas de Fronteira. No nível internacional, Carlos contribuiu para a construção de consenso sobre florestas, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável no âmbito do sistema da ONU. É engenheiro civil e especialista em finanças e desenvolvimento, com MBA em Administração Financeira e mestrado. em Economia Ambiental.”¹⁷

¹⁷ <https://www.gcftf.org/who-we-are/our-team/#regional-team>

Secretariado Global

A Secretaria Global facilita a rede e está sediada na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, em parceria com a Universidade do Colorado Boulder.



William Boyd
LÍDER DE PROJETO



Colleen Scanlan Lyons
DIRETOR DE PROJETO



Jason Gray
DIRETOR DE PROJETO

Ao secretariado cabe “facilitar” e “apoiar” o trabalho realizado em nível estadual ou provincial por representantes da Força-Tarefa:

“The GCF Task Force global Secretariat supports and facilitates the work occurring within our member states and provinces. The Secretariat provides administrative oversight, connects members with partnership opportunities and assists in carrying out their strategic vision, and leads fundraising efforts for the GCF Task Force.”

Rastreamento de dados

Banco de dados de conhecimento¹⁸

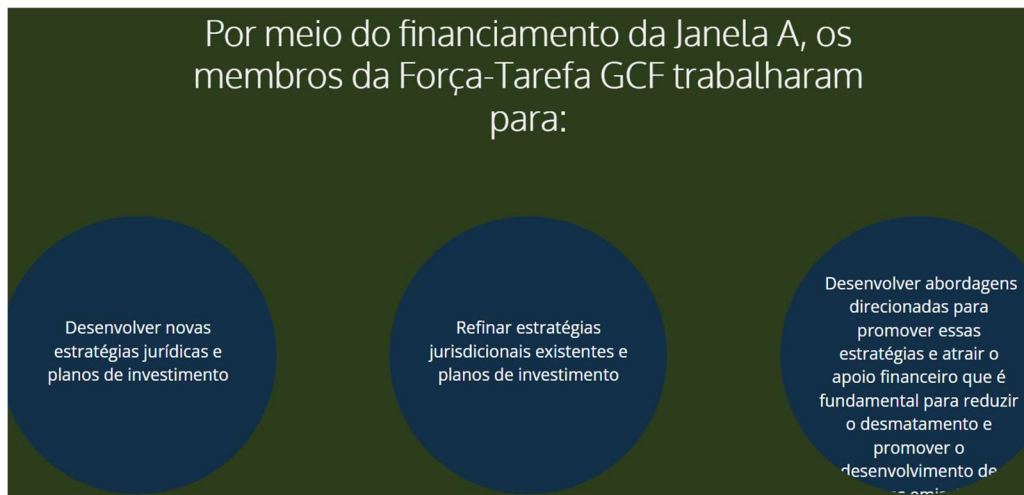
O Banco de Dados de Conhecimento da Força-Tarefa GCF rastreia o progresso estadual e provincial na redução do desmatamento, bem como políticas, estruturas e iniciativas que trabalham em direção a esse objetivo. O banco de dados de conhecimento fornece uma plataforma que exibe o status atual dos membros, bem como as tendências de longo prazo sobre o uso da terra e o desmatamento. Ele também apresenta leis e políticas relacionadas à governança fundiária e direitos territoriais e progresso na implementação de compromissos florestais e climáticos importantes, como os Princípios Orientadores para Colaboração e Parceria entre Governos Subnacionais, Povos Indígenas e Comunidades Locais.

Novas estratégias jurídicas e jurisdicionais¹⁹

Embora expresso de forma não óbvia, o principal objetivo da Força-Tarefa é, ao envolver-se diretamente no âmbito estadual ou provincial, alterar o marco normativo dessas jurisdições:

¹⁸ <https://www.gcftf.org/what-we-do/tracking-impact/>

¹⁹ <https://www.gcftf.org/jurisdictional-strategies-investment-plans/>



No Brasil, os seguintes avanços em marcos legislativos estaduais são listados, para cada um dos 9 estados engajados na Força-Tarefa:

Acre:

Consolidação do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA)²⁰, reestruturação da Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais (CDSA) e negociação de créditos de carbono com a British Petroleum, entre outras “inovações”.

O Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) é resultado de uma política de governo que acredita no valor da floresta em pé. Criado pela Lei Estadual nº 2.308/2010, ele reúne um conjunto de estratégias e instrumentos que beneficiam quem produz com sustentabilidade e conserva o meio ambiente.

As ações do sistema incentivam a manutenção e a ampliação da oferta de produtos e **serviços ambientais** no Acre como estratégia para enfrentar dois desafios impostos pelas mudanças climáticas ocorridas no planeta: a redução de impactos provocados pelas alterações no clima, como o aquecimento global; e a adaptação a essas mudanças. Para isso, o SISA desenvolve sete diferentes programas – entre eles o ISA Carbono, resposta acreana ao desafio mundial de redução de emissões de gases de efeito estufa resultantes do desmatamento e da degradação florestal.

O SISA tem sete programas que, juntos, colaboram para a redução dos índices de desmatamento e queimadas no Acre; a conservação de florestas e o manejo sustentável – abrindo caminho para vantagens ambientais e sociais que beneficiam a população acreana, especialmente a que mora na floresta. São eles:

- Incentivos a Serviços Ambientais do Carbono
- Conservação da Beleza Cênica Natural
- Conservação da Sociobiodiversidade
- Conservação das Águas e dos Serviços Hídricos
- Regulação do Clima
- Valorização Cultural e do Conhecimento Tradicional Ecológico
- Conservação e o Melhoramento do Solo

Acre

Environmental Services Incentives System

Strengthening of the Acre Environmental Services Incentives System (SISA+): improvement of its programs and valuation of assets and financial sustainability of a low emission economy

The project was designed with the goal of consolidating SISA as a strategy to maintain the reduction of deforestation and increase the forest area for the continued reduction of greenhouse gas emissions in the state of Acre.

Outcomes:

- **Elaboration of SISA’s Environmental Services Programs;**

²⁰ <http://imc.ac.gov.br/projetos-2/>

- **Restructuring** of the Company for the Development of Environmental Services (CDSA) strengthening opportunities for investments and sustainable businesses for the consolidation of productive chains and valuation of environmental assets;
- **Strategies** aimed at raising financial resources, such as the negotiation of Acre's carbon credits with **British Petroleum (BP)** and the attraction of investments for SISA's programs, developed by CDSA;
- **Elaboration** of the state plan for low carbon emission agribusinesses and the strategic business plan for fish farming in Acre;
- **Updated** the Acre State Produce and Protect Platform generating improved transparency of territorial performance of the state's socio-environmental goals and promotion of Acre's main low emission products and initiatives,
- **Creation** of the Center for Economic Development, Business, and Environmental Assets of Acre (CEDENA) to improve the integration of strategies between different sectors;
- **Validation and recognition** for women in low-carbon agricultural activities and the importance of this sector in generating income for these families.

Local Partner: Earth Innovation Institute – EII

Amapá:

Aparentemente, o marco normativo estadual para negociações de créditos de carbono ainda não está em vigor. Ao que parece, houve algum tipo de consulta pública sobre o assunto. As minutas estão finalizadas e provavelmente prontas para aprovação.

Amapá

Forests for the Climate

Forests for the Climate: Jurisdictional System of Environmental Services and REDD+ of Amapá

The project was implemented aiming at the regulation of legal structures of policies and programs for the implementation of the Payments for Ecosystem Services (PSE) mechanisms, such as REDD+, considering socio-economic safeguards for the traditional population, rural workers and Indigenous Peoples.

Outcomes:

- **Elaboration of the Jurisdictional System for Environmental Services and REDD+;**
- **Legal framework elaborated,** agreed upon and consolidated by government and civil society;
- **Socio-environmental safeguards** elaborated and agreed upon in a participatory process;
- **Members of the Climate Change Forum,** managers, technicians, and local actors trained to act in the conception, implementation, and social control of the Jurisdictional System;
- **Development of knowledge bases** for implementing the Jurisdictional System;
- **Dissemination of the scope** of the system to different audiences.

Local Partner: Conservation International

Amazonas:

Aprovação do marco legal para negociação de créditos de carbono no estado.

Amazonas

Environmental Services Law

Regulation and Implementation of the Environmental Services Law of the State of Amazonas

The project developed a legal framework for the Environmental Services Law, as well as the enabling environment for the state's REDD+ system and Payment for Ecosystem Services (PES) programs. The project has established the governance structure for operationalizing the state's REDD+ System, including identifying key actors and processes for strengthening participation, transparency, and inclusion in PES initiatives across Amazonas.

Outcomes:

- **Established Amazonas State REDD+ System** structure and regulatory framework, including technical basis for quantifying the carbon stocks of forests, and a strategy for allocating the credit potential in different land categories in the Amazonas REDD+ System.
- **Improved** pilot REDD+ projects by improving engagement with local government and communities, and linkages to BioEconomy and other sustainable forest-based livelihoods.
- **Developed** case studies and best practice recommendations to inspire new business models for sustainable coffee and livestock production in southern Amazonas (Apuí) and obtained VCS certification for the Juma Reservation carbon project
- **Developed** a practical guide with five pillars that work to incorporate gender equality, youth, and vulnerable populations into state-wide socio-environmental public policies and projects
- **Developed** recommendations for socio-environmental safeguards for Amazonas' REDD + system, based on participatory workshops with a target audience (traditional communities and Indigenous Peoples) and other local stakeholders.

Local Partner: FAS – Fundação Amazonas Sustentável

Maranhão:

Desenvolvimento do marco legal de negociação de créditos de carbono e respectiva estrutura de implementação em andamento no estado.

Maranhão

Valuing environmental assets in Maranhão

Valuing environmental assets in Maranhão: Jurisdictional REDD+ System

The project was implemented with the objective of building a model for a state-wide jurisdictional system for REDD+ and Payment for Environmental Services. Seeking for a feasible implementation in the medium term that results in substantial reductions in its greenhouse gas (GHG) emissions from deforestation, and at the same time offers economic incentives for rural populations to develop economic activities that are less dependent on the destruction or substitution of native vegetation.

Outcomes:

- **Elaboration of the legal-institutional structures necessary for REDD+ to function;**
- **Identification** of native vegetation assets (biodiversity, water, and carbon) by land tenure category, highlighting those vulnerable to pressures from deforestation;
- **Elaboration** of the financial management structure and benefit sharing mechanism;
- **Development** of strategy for governance and social control;
- **Development** of financial sustainability strategy for the Jurisdictional System;
- **Elaboration** of REDD+ capacity building plan;
- **Identification** of socio-environmental safeguards of the System and discussion with representative social actors;
- **Elaboration** of mechanism for monitoring and evaluation of the Jurisdictional System;
- **Plan** for intervention in the drivers of deforestation and conservation of native vegetation through government programs.

Local Partner: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Mato Grosso:

Iniciativas para fortalecimento da Secretaria de Meio Ambiente em andamento.

Mato Grosso

Valuing Mato Grosso Forests

The project was created with the objective of assisting the state of Mato Grosso in the consolidation of the standing forest agenda through the production of qualified information, the training of relevant actors to strengthen existing jurisdictional tools and the finalization of key processes for ongoing initiatives in the state. The project made it possible to finalize and detail the indigenous subprogram of the REDD+ for Early Movers (REM/MT) program, in addition to feeding and contributing to the strengthening of the other subprograms and establishing new funding possibilities for the maintenance of the standing forests.

Outcomes:

- **Strengthening of the State REDD+** participatory governance system due to capacity building initiatives and specific indigenous leadership engagement processes with the REDD+ Steering Council and the members of the Climate Change Forum, among them: the Forest of Knowledge, the Women's Workshop Indigenous Territories Subprogram, in addition to the support for indigenous participation in the REM;
- **Assuring** credibility of Mato Grosso's climate policy through the availability of key information and the strengthening of SEMA's team on transparency, allowing the inputs to various monitoring platforms such as the PCI monitor platform that monitors the progress of the Produce Conserve and Include (PCI) Strategy;
- **Investment** plans for productive activities of the Mato Grosso low carbon strategy with the identification and narrowing of potential investors, such as the mapping of Mato Grosso's vegetation in order to guarantee speedy registration of rural properties, the socio-productive survey in Indigenous Lands eligible to receive resources from REM/MT,

as well as key information about the vulnerability of farming and ranching establishments to climate change to be integrated in the state's standing forest maintenance programs and used to raise other resources.

Local Partner: Instituto Centro de Vida – ICV

Pará:

Elaboração da minuta de política estadual de mudanças climáticas, implementação do “Plano Estadual Amazônia Agora” (PEAA), criação do Fundo da Amazônia Oriental²¹.

Pará

State Policy on Climate Change Law

The financing of Window A supported the development and regulation of the State Policy on Climate Change Law and its respective governance structure. The law has among its objectives making economic development compatible with the reduction of greenhouse gas emissions policies, complying with global standards of competitiveness and environmental performance, as well as ensuring the participation of indigenous, quilombolas, and traditional peoples and communities.

Outcomes:

- **Drafting of State Climate Change Policy**, and establishment of governance structures;
- **Implementation** of the State of Pará “Plano Estadual Amazônia Agora-PEAA” for socio-environmental development and deforestation reduction;
- **Establishment of the Eastern Amazon Fund (EAF)** as a financial instrument for forest- and climate-related actions;
- **Development of a Blueprint for a state REDD+ strategy.**
- **Multisectoral Strategic Action Plan for the Sustainable Cattle Raising** value chain in Southeastern Pará, offering the appropriate safeguards for traditional populations.
- **Testing and implementation** of animal traceability system;
- **Definition of Priority Area for** integrated actions in the State;
- **Institution of government priorities** for Environmental and Land Regularization for those who adhere to the Sustainable Territories
- **Actions** to promote gender equity within the project

Local Partner: TNC – Brazil

Rondônia:

Publicação da Lei estadual 4.437/2018, que institui a Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais - PGSA e cria o Sistema Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais - SGSA²².

Rondônia

Climate Governance for Rondônia

The project was designed with the objective of supporting the elaboration and updating of jurisdictional climate and forest strategies, thus catalyzing transformative financing

²¹ <https://www.fundoamazoniaoriental.org.br/>

²² <https://sapl.al.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2018/8761/l4437.pdf>

opportunities. It is the result of a strategic partnership between the State Secretariat for Environmental Development of Rondônia (SEDAM – RO) and the BVRio Institute, with technical support from the Institute for the Conservation and Sustainable Development of the Amazon (IDESAM)

Outcomes:

- **Published State Law 4.437/18**, establishing the State Policy for Climate Governance and Environmental Services (PGSA);
- **Prepared** the draft and regulation of the State Climate Change Forum (FEMC-RO). Held four meetings of the Executive Group – understood to be the “embryo” of the FEMC-RO, functioning as an articulator and catalyst of the discussions and actions of the project’s activities;
- **Held the REDD+ Opportunities** for Rondonia and the Amazon Seminar;
- **Elaborated** and made available an online platform for environmental products and assets – AmazoniAtiva;
- **Carried out** four workshops on socio-environmental safeguards for Traditional Peoples and Communities;
- **Elaborated** the draft decree for regulation of article 30 of the PGSA referring to Socio-environmental Safeguards – SES;
- **Drafted** a decree regulating the Management Council;
- **Legal opinion** to SEDAM on ways and alternatives for the creation of the State Fund for Climate Change foreseen in the PGSA.

Local Partner: BVRio Institute – Bolsa Verde do Rio de Janeiro

Roraima:

Criação da Política Estadual de Impulsionamento do Desenvolvimento Econômico-Ambiental de Baixas Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs)²³.

Roraima

From Roraima to the Planet: Developing the Jurisdictional REDD+ System

The project was created with the aim of structuring the foundations for the Jurisdictional System of Payment for Environmental Services and REDD+ in the State of Roraima.

Outcomes:

- **Design** of the legal-institutional structures necessary for the functioning of the REDD+ Jurisdictional System;
- **Plan for Intervention** in the drivers of deforestation and conservation of native vegetation through existing government programs;
- **Development** of financial sustainability for the Jurisdictional System;
- **Proposal of Strategic Governance Model** of the REDD+ Jurisdictional System;
- **Development** of Jurisdictional System monitoring and evaluation mechanism;

²³ <https://ipam.org.br/governo-de-roraima-decreta-compromisso-de-longo-prazo-com-desenvolvimento-sustentavel-e-conservacao-da-amazonia/>

Local Partner: IPAM

Tocantins:

Programa “Campo Sustentável”²⁴.

Tocantins

Campo Sustentável

In order to systematize the financial analyzes referring to ILPF experiences in the State of Tocantins, the Campo Sustentável Program developed 3 fundamental products to assess the economic and financial potential of ILPF systems in the state, being:

- Detailed Business Plan for Fazenda Guar, where the first ILPF system module was established.
- Investment Simulator for ILPF: Dynamic tool that allows producers to simulate business models from different integrated production models. The producer can simulate the costs and revenues expected from the school of different agricultural and forest species, spacing between seedlings, animal capacity per hectare, etc.
- Investment Plan for ILPF in Tocantins: A detailed business plan was developed to implement 2,500 hectares of ILPF in Tocantins in the next 6 years. The investment plan presents the expenses for implementing the ILPF systems, the expected annual return from the sale of agricultural and forestry production, and also from the sale of the emission reductions (carbon credits) of the system.

The realization of the Business Plan, Investment Plan and Investment Simulator products was carried out through a partnership with “The Climate Smart Group,” a partner company in the project.

Local Partner: Earth Innovation Institute – EII

Engajamento da Força-Tarefa GCF com povos indígenas e comunidades locais²⁵

Abaixo, trechos do texto “O poder das parcerias”, disponível na página em português da Força-Tarefa:

*“Os **governos subnacionais** estão percebendo cada vez mais que os povos indígenas, comunidades locais e tradicionais e outras pessoas dependentes da floresta são parceiros críticos na luta contínua para diminuir o desmatamento e as mudanças climáticas. A Força-Tarefa do GCF tem trabalhado para semear essas importantes alianças desde a assinatura da **Declarao de Rio Branco em 2014**. No cerne deste trabalho está o fato de que **parcerias equitativas e colaborativas entre governos, povos indígenas e comunidades locais ou tradicionais são essenciais para garantir os direitos humanos e territoriais dos principais guardiões florestais. Essas parcerias também são críticas para a conservao de importantes regiões florestais do nosso mundo**; as pessoas que vivem e dependem das florestas conhecem melhor esses lugares e têm estratégias com as quais todos podemos aprender. Embora as parcerias baseadas na confiança e na colaborao autêntica levem tempo para serem construídas, elas são o caminho mais tico e eficaz a seguir.”*

²⁴ <https://idesam.org/projetos/campo-sustentavel/>

²⁵ <https://www.gcftf.org/what-we-do/indigenous-peoples-and-local-communities/>

“Os territórios indígenas têm os maiores índices de conservação florestal do mundo. Os Povos Indígenas e as comunidades locais *possuem ou administram*:



“Nosso trabalho com Povos Indígenas e Comunidades Locais está atualmente focado na implementação de um conjunto de Princípios Orientadores para Colaboração e Parceria entre Governos Subnacionais, Povos Indígenas e Comunidades Locais em nossos estados membros e províncias. (...)

“Esses Princípios Orientadores são fundamentados nos ideais de respeito mútuo e colaboração. Eles reconhecem os Povos Indígenas e as comunidades locais como importantes guardiões de grande parte das florestas tropicais do mundo, como pessoas que detêm um conhecimento inestimável, tradicional e ecológico que pode ser mobilizado para combater o desmatamento e promover economias florestais sustentáveis. (...)”

Comitês Globais e Regionais

Em 2016, o Comitê Global da Força-Tarefa GCF sobre Povos Indígenas e Comunidades Locais foi formado para fortalecer parcerias entre governos subnacionais e Povos Indígenas e líderes comunitários locais. O Comitê Global se reúne regularmente em eventos climáticos e florestais internacionais, bem como nas regiões da Força-Tarefa GCF. O Comitê Global se alinha em torno de metas comuns de política e defesa e serve como uma plataforma para compartilhar estratégias eficazes para parcerias governamentais-comunitárias eficazes e duradouras.

IV. Compromisso da Noruega com a Força-Tarefa do GCF²⁶



ACORDO NORUEGA-GCF: QUADRO GERAL

²⁶ https://www.gcftf.org/wp-content/uploads/2020/11/Norway_Pledge_Framework_PT.pdf

O Governo da Noruega fez uma contribuição de 200 milhões de coroas norueguesas (cerca de 24 milhões de dólares americanos) para a Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF) a fim de apoiar os estados e as províncias florestais tropicais do GCF em seus planos de implementação da Declaração de Rio Branco, visando reduzir o desmatamento em 80% até o ano de 2020. A contribuição foi anunciada na reunião anual da Força-tarefa do GCF em Barcelona, Espanha, em 2015, mas ainda não foi operacionalizada.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi selecionado para gerenciar e implementar este acordo através da equipe REDD + do PNUD em Genebra e terá responsabilidade geral. O apoio facilitado pelo PNUD Genebra será coordenado com o Secretariado do GCF, seus coordenadores regionais e parceiros no apoio às jurisdições.

O trabalho do GCF vem sendo facilitado pelo Secretariado do GCF desde 2009. O secretariado com sede em Boulder, Colorado, conta com coordenadores regionais nas principais regiões do GCF. O secretariado se concentra em facilitar o engajamento e a liderança política de alto nível pelos Governadores e membros políticos do GCF; capacitar funcionários públicos nas jurisdições do GCF visando o avanço com a agenda REDD + e o baixo desenvolvimento de emissões; e promover parcerias entre as jurisdições do GCF e as organizações da sociedade civil, o setor privado, a comunidade de doadores e as organizações de povos indígenas. O secretariado trabalhará com a Noruega e o PNUD para conceber o quadro geral do acordo Noruega-GCF, orientar e facilitar o intercâmbio de informações entre o PNUD e os membros do GCF, apoiar os membros do GCF em seus esforços para acessar o financiamento, monitorar e rastrear os resultados das atividades financiadas, e buscar contribuições adicionais de outros doadores.

O objetivo do acordo da Noruega é ainda apoiar os estados e as províncias florestais tropicais do GCF para cumprir os compromissos da Declaração de Rio Branco desenvolvendo/atualizando estratégias de jurisdição para REDD+ e baixo desenvolvimento de emissões, catalisando oportunidades de financiamento transformadoras. Isso será realizado através de duas janelas de financiamento:

- A. Janela de Financiamento para Planos de Investimento e Estratégias Jurisdicionais GCF
- B. Janela de Financiamento para Inovação GCF

Janela A do Compromisso da Noruega com a Força-Tarefa do GCF²⁷

Apoiar os estados e províncias membros da Força-Tarefa GCF, a fim de que desenvolvam estratégias jurisdicionais robustas para REDD+ e desenvolvimento de baixas emissões, além de planos de investimento que ajudarão a dar vida a essas estratégias.

A. JANELA DE FINANCIAMENTO PARA PLANOS DE INVESTIMENTO E ESTRATÉGIAS JURISDICIONAIS GCF

Objetivo: Apoiar o desenvolvimento de estratégias de jurisdição e planos de investimento para REDD + e baixo desenvolvimento de emissões nos estados e províncias de florestas tropicais do GCF. Todos os membros do GCF que recebem suporte através dessa janela deverão completar uma auto-avaliação. Para os membros do GCF que já desenvolveram estratégias e planos de investimento, o suporte pode ser usado para avaliação e/ou o desenvolvimento de parcerias de implementação nas suas estratégias e planos já existentes. As abordagens regionais desenvolvidas por grupos de jurisdições membros (por exemplo, membros da Amazônia peruana) serão elegíveis para suporte. O objetivo geral é desenvolver ou aperfeiçoar estratégias e planos de investimento que serão utilizados como base para submissão de diversos mecanismos financeiros, incluindo os fundos nacionais, quando aplicável, e a Janela B, abaixo.

²⁷ <https://www.gcftf.org/jurisdictional-strategies-investment-plans/>

Declaração de Rio Branco²⁸

Em Rio Branco, Acre, os Governadores da Força-Tarefa GCF adotaram, em 2014, a **Declaração de Rio Branco:**

*“Esta declaração sinalizou ao mundo que os líderes de alguns dos mais importantes estados e províncias com florestas tropicais do mundo estão prontos para fazer mais do que sua parte justa no esforço de combater a mudança climática, proteger as florestas e melhorar as oportunidades de subsistência para as pessoas. nestes lugares. **A Declaração de Rio Branco compromete seus signatários a reduzir o desmatamento em seus estados e províncias em 80% até 2020 – dependendo de apoio financeiro suficiente e de longo prazo. Ele se compromete a fornecer aos Povos Indígenas e comunidades locais ou tradicionais uma “parcela substancial” de quaisquer fundos de pagamento por desempenho que os estados e províncias recebam como resultado de seus esforços para reduzir o desmatamento. Ele convoca os atores da cadeia de suprimentos e as organizações dos Povos Indígenas a fazerem parcerias com estados e províncias para criar programas jurisdicionais fortes para o desenvolvimento de baixas emissões que sejam duráveis e equitativos e que se alinhem com as políticas e programas nacionais. Todos os membros das florestas tropicais da Força-Tarefa do GCF assinaram a Declaração de Rio Branco.**” (grifei)*

²⁸ <https://www.gcftf.org/jurisdictional-strategies-investment-plans/>

Janela B do Compromisso da Noruega com a Força-Tarefa do GCF²⁹

B. JANELA DE FINANCIAMENTO PARA INOVAÇÃO GCF

Objetivo: Incentivar abordagens e estratégias inovadoras visando a transformação em paisagens florestais.

Nota conceitual sobre o Compromisso da Força-Tarefa GCF da Noruega: Janela B da Força-Tarefa do GCF para o Financiamento para Inovação³⁰:



NOTA CONCEITUAL

O COMPROMISSO DO FORÇA-TAREFA DO GCF DA NORUEGA: JANELA B DO FORÇA-TAREFA DO GCF PARA O FINANCIAMENTO PARA A INOVAÇÃO

APOIO A INICIATIVAS JURISDICIONAIS ESTRATÉGICAS PARA ALCANÇAR A TRANSFORMAÇÃO EM PAISAGENS FLORESTADAS

Introdução

A Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF) é uma colaboração única e subnacional de trinta e oito estados e províncias de dez países que trabalham para construir programas robustos e abrangentes em toda a jurisdição para o desenvolvimento de REDD+ e de baixas emissões, e para conectar esses programas com o financiamento público e privado. Mais de um terço das florestas tropicais do mundo se encontra em Estados e províncias do Força-Tarefa do GCF, incluindo a grande maioria da Amazônia brasileira e peruana e mais de 60% das florestas tropicais da Indonésia y México.

Em 2014, os governadores do Força-Tarefa do GCF adotaram a Declaração do Rio Branco, sinalizando ao mundo que estão prontos para fazer mais do que sua justa parte no esforço de combater as mudanças climáticas, proteger as florestas e melhorar seus meios de vida. A Declaração do Rio Branco compromete seus signatários a reduzir o desmatamento em 80% até 2020, se for disponibilizado apoio financeiro suficiente e de longo prazo. Ela se compromete a fornecer às comunidades indígenas e tradicionais uma "parte substancial" de quaisquer fundos de pagamento por desempenho que esses Estados e províncias recebam como resultado de seus esforços para reduzir o desmatamento. E conclama os atores da cadeia de suprimentos e as organizações de povos indígenas a estabelecerem parcerias com os estados e províncias do GCF para construir programas jurisdicionais para o desenvolvimento de baixas emissões que sejam duráveis e equitativos e que se alinhem com as políticas e programas nacionais.

²⁹ <https://www.gcftf.org/what-we-do/innovation-funding/>

³⁰ https://www.gcftf.org/wp-content/uploads/2020/11/Nota-Conceitual-Janela-B-Financiamento-para-a-inovacao_PT.pdf

A janela de Financiamento de Inovação apoia iniciativas jurisdicionais estratégicas para alcançar transformações que aceleram e dimensionam a redução do desmatamento em estados membros e províncias. O apoio da Janela B é direcionado a intervenções identificadas nas estratégias jurisdicionais dos membros da Força-Tarefa GCF e nos planos de investimento concluídos na Janela A.

Projetos realizados no Brasil mediante financiamento pela Janela B do Compromisso da Noruega com a Força-Tarefa do GCF:

*Proposta regional do Brasil*³¹

A proposta regional do Brasil visa apoiar os estados da Amazônia Legal brasileira a acessar oportunidades de financiamento baseadas em resultados usando o padrão ART/TREES, especificamente em resposta ao mecanismo de financiamento público-privado de US\$ 1 bilhão lançado recentemente, conhecido como **Redução de Emissões por Aceleração do Financiamento Florestal (FOLHA)**.



Proposta Regional, Brasil

A proposta regional do Brasil visa apoiar os estados da Amazônia Legal brasileira a acessar oportunidades de financiamento baseadas em resultados usando o padrão ART/TREES, especificamente em resposta ao mecanismo de financiamento público-privado de US\$ 1 bilhão lançado recentemente, conhecido como Lowering...

CONSULTE MAIS INFORMAÇÃO

A Amazônia Legal brasileira abrange mais de 500 milhões de hectares nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. Os últimos três anos aumentaram a pressão sobre as florestas, com o desmatamento chegando a 11.088 km² em 2020, segundo dados preliminares. A proposta regional contribuirá para os esforços de combate ao desmatamento e às queimadas, com base nas estratégias e planos de REDD+ desenvolvidos na Janela A. Especificamente, o PNUD apoiará uma coalizão de parceiros, liderada pela FAS, para apoiar os estados a cumprir os requisitos de ART/ TREES e LEAF, incluindo assistência técnica para os oito estados que já passaram na avaliação técnica inicial para os conceitos LEAF apresentados no início de 2021. O PNUD fornecerá assistência técnica, juntamente com o apoio local de organizações não governamentais, para atender aos requisitos do ART/TREES e apresentar propostas completas à **Coalizão LEAF**. A FAS também liderará esforços para fortalecer a capacidade dos Povos Indígenas e comunidades locais para garantir sua participação plena e ativa na iniciativa.

³¹ <https://www.gcftf.org/innovation-projects/regional-proposal-brazil/>

Sobre a Coalizão LEAF³²:

PORTUGUÊS: NOVA COALIZAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA LANÇADA PARA MOBILIZAR MAIS DE US\$ 1 BILHÃO PARA PROTEGER FLORESTAS TROPICAIS E ELEVAR A AÇÃO CLIMÁTICA GLOBAL
| 22 de April 2021 | Washington DC

Hoje, na Cúpula dos Líderes sobre o Clima, um grupo de governos e empresas anunciou a Coalizão LEAF, uma nova e ambiciosa iniciativa público-privada projetada para acelerar a ação climática, fornecendo financiamento baseado em resultados para países comprometidos com a proteção de suas florestas tropicais. Esta iniciativa visa mobilizar pelo menos US\$ 1 bilhão em financiamento, dando início ao que se espera que se torne um dos maiores esforços público-privados já feitos para proteger as florestas tropicais, beneficiando bilhões de pessoas que dependem delas, e apoiando o desenvolvimento sustentável.



A fim de melhor contextualizar o assunto, importante frisar que, em novembro de 2022, quatro estados brasileiros (Amapá, Amazonas, Mato Grosso e Pará) firmaram cartas de intenção com a Coalizão Leaf³³:



FIRST BRAZILIAN STATES SIGN LETTERS OF INTENT

17 November – Sharm El Sheikh: Amapá, Amazonas, Mato Grosso and Pará have become the first Brazilian states to sign Letters of Intent to supply emissions reductions credits to the LEAF Coalition. LEAF is a public-private initiative that will provide results-based payments to forest countries and states for reducing emissions through jurisdictional REDD+ programs.

Estratégia estadual Amazônia Agora³⁴

Sob a estratégia estadual Amazônia Agora, o Pará estabelece uma meta de contribuir com 6,6% da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil até 2025 e 9% até

³² <https://www.norway.no/contentassets/7b9cb0652253421ea0691fb02e5825d1/leaf-press-release-portugues.pdf>

³³ <https://emergentclimate.com/wp-content/uploads/2022/11/COP27-PRESS-RELEASE-First-Brazilian-states-sign-Letters-of-Intent.pdf>

³⁴ <https://www.gcftf.org/innovation-projects/para-brazil/>

2030, ao mesmo tempo em que se torna um território neutro em carbono até 2036 em termos de uso da terra e florestas. emissões baseadas. A Janela B visa abordar um dos maiores impulsionadores do desmatamento no estado – a produção de gado – desenvolvendo um modelo sustentável de produção de carne bovina, incluindo rastreabilidade ao longo da cadeia de valor.



Pará, Brazil

Under the state-level Amazônia Agora strategy, Pará sets a goal of contributing 6.6% of Brazil's Nationally-Determined Contribution by 2025 and 9% by 2030, while also becoming a carbon-neutral territory by 2036 in terms of land-use and forest-based emissions. Window B...

[READ MORE](#)

A inovação não se dá apenas pelas soluções tecnológicas (a combinação de dados de transporte do setor privado com o sistema cadastral nacional, apoiado por blockchain), mas também pela parceria público-privada que se uniu para apoiar essa abordagem. Um protocolo voluntário e plataforma piloto desenvolvido no distrito de São Felix do Xingu sob a Janela A será ampliado para o nível estadual. Os produtores serão incentivados a mudar as práticas de produção de acordo com os programas de regularização fundiária, bem como receber assistência técnica e suporte de crédito, enquanto os compradores terão maior segurança no fornecimento de produtos sustentáveis. Dado que 60% do desmatamento ocorre atualmente em fornecedores indiretos, isso responde a uma necessidade de fornecer rastreabilidade em toda a cadeia de valor, não apenas no ponto final de venda.

Finalmente, para complementar essas atividades, o estado buscará meios de subsistência alternativos para desenvolver oportunidades em bioeconomia, ou seja, produtos e atividades sustentáveis de base florestal que promovam o desenvolvimento e a conservação com baixas emissões.

Acontecimentos recentes envolvendo acordos climáticos com os EUA

Além da assinatura, em 17 de março de 2022, do Memorando de Entendimento entre a Força-Tarefa GCF e a USAID, formalizando tal parceria³⁵, em âmbito federal, estreitaram-se, em 3 de março de 2023, as tratativas entre Ministério do Meio Ambiente brasileiro e o governo dos EUA, relativamente à conservação da Amazônia brasileira e a políticas de crédito de carbono, por meio do comunicado conjunto da Ministra Marina Silva e o Enviado Especial do Clima John Kerry³⁶:

³⁵ <https://br.usembassy.gov/pt/usaaid-e-forca-tarefa-dos-governadores-para-o-clima-e-florestas-assinam-memorando-de-entendimento/>

³⁶ <https://br.usembassy.gov/pt/comunicado-conjunto-apos-encontro-entre-ministra-marina-silva-e-spec-john-kerry/>

Comunicado conjunto por ocasião do encontro entre a Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, e o Enviado Especial do Clima do Presidente dos EUA para o Clima, John Kerry

A reunião deu seguimento à visita oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente Joseph R. Biden Jr., em 10 de fevereiro corrente, em Washington-DC. Durante o encontro realizado no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima no dia 28 de fevereiro, a Ministra Marina Silva e o Secretário John Kerry comprometeram-se a trabalhar juntos para alcançar resultados ambiciosos no enfrentamento à crise climática global, inclusive no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, no Acordo de Paris, na Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal, e por meio de iniciativas como o Acordo Global sobre Metano. Nesse diálogo, foram priorizados o Grupo de Trabalho de Alto Nível entre Brasil e EUA sobre Mudança do Clima, assim como mecanismos financeiros para o combate ao desmatamento, em particular, o Fundo Amazônia.

Parâmetros e prioridades de atuação do Grupo de Trabalho de Alto Nível entre Brasil e EUA sobre Mudança do Clima (GTMC)

A Ministra Marina Silva e o Secretário John Kerry afirmaram suas intenções em fortalecer e aprimorar o GTMC, criado em 2015, visando à retomada de suas atividades, com a maior brevidade possível, em articulação com os demais ministérios envolvidos.

Tendo em vista as referidas áreas de comum interesse e considerando os temas iniciais para o GTMC anunciados pelos Presidentes Lula e Biden, a Ministra Marina Silva e o Secretário John Kerry identificaram temas para trabalho conjunto no GTMC, em articulação com outros ministérios, tais como: i) desmatamento, degradação florestal e restauração; ii) bioeconomia; iii) mercados de carbono de alta integridade; iv) adaptação; v) práticas agrícolas de baixo carbono; (vi) transição energética; e (vii) oceanos e zonas costeiras. Outros temas, como transporte, indústria verde e relações entre clima e saúde serão objeto de discussão com outros ministérios e poderão também ser incluídos em planos de trabalho.

O Secretário Kerry reiterou a intenção dos Estados Unidos de prover fundos para programas de proteção e conservação da Amazônia brasileira, incluindo apoio inicial para o Fundo Amazônia como um componente da parceria bilateral, além de mobilizar apoio adicional da comunidade internacional para esta importante iniciativa.